

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.665.087 - SP (2020/0036949-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : E S M L
ADVOGADOS : JOÃO CARLOS ZANON - SP163266
THIAGO DA SILVEIRA RABELO - RJ129453
THIAGO SILVEIRA ANTUNES - SP271298
AGRAVADO : A R DE O
ADVOGADO : GILSON KIRSTEN - SP098077
INTERES. : H E P S P L
ADVOGADOS : DANILO LACERDA DE SOUZA FERREIRA - SP272633
IGOR PEREIRA TORRES E OUTRO(S) - SP278781

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por E S M L, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

RESPONSABILIDADE CIVIL PACIENTE - ACIDENTE COM FOGOS DE ARTIFÍCIO - AMPUTAÇÃO DOS 1 4 E 5 DEDOS - MÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TANTO PELO HOSPITAL PELA AUSÊNCIA DE ESTRUTURA MÉDICA PARA O ATENDIMENTO EMERGENCIAL QUANTO PELA OPERADORA QUE INDICOU O NOSOCÔMIO E NÃO PROVIDENCIOU A REMOÇÃO PARA OUTRO MELHOR APARELHADO FAZENDO COM QUE O PACIENTE TIVESSE QUE AGUARDAR A TROCA DO PLANTÃO NO DIA POSTERIOR – CONCLUSÃO PERICIAL DE QUE RETARDO NO TRATAMENTO DAS LESÕES SUPOSTAS PELO AUTOR O EXPÔS A MAIOR SOFRIMENTO E RISCO DE COMPLICAÇÕES - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO HOSPITAL E DO PLANO DE SAÚDE DANO MORAL CARACTERIZADO VALOR DA CONDENAÇÃO - ADEQUAÇÃO APELAÇÕES DAS RÉS E RECURSO ADESIVO DESPROVIDOS

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 14, §3º do CDC, no que concerne à inexistência de nexo causal, trazendo os seguintes argumentos:

Entretanto, conforme exaustivamente demonstrado, não houve má -prestação do serviço por parte da Recorrente. Após o acidente com os fogos de artifício, o Recorrido recebeu o primeiro atendimento em nosocômio público e foi removido para o Hospital, conveniado à Recorrente, e lá recebeu pronto atendimento. Na sequência, o Recorrido foi

submetido à cirurgia, que impediu o desdobramentos ainda mais graves depois do terrível acidente sofrido. Não houve "demora" para realização do procedimento cirúrgico, ou conduta negligente e imperita por parte do nosocômio. A cirurgia apenas não ocorreu em momento anterior tendo em vista a necessidade de limpeza do ferimento, estabilização do paciente e, principalmente, de realização de exames pré-cirúrgicos essenciais à realização do procedimento. (fls. 518).

Logo, a constatação do laudo pericial - ratificada pelo acórdão recorrido - sobre a falta de nexo causal entre a prestação do serviço médico e a gravíssima lesão sofrida pelo Recorrido (perda de três dedos da mão esquerda) afasta qualquer caracterização de má prestação do serviço pela Recorrente, em absoluta consonância com o artigo 14, §32, I do Código de Defesa do Consumidor. (fls. 519).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 944 do CC, no que concerne à desproporção do valor indenizatório fixado, trazendo o seguinte argumento:

Assim, como não consta nos autos qualquer prova de que houve erro médico, é nítido que o acórdão recorrido deve ser reformado, sob pena de violação também ao art. 944 do Código Civil, que prevê que se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir equitativamente, a indenização. No caso em tela, a indenização por danos morais foi fixada no elevado valor de R 50.000,00 (cinqüenta mil reais). (fls. 520).

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Como deflui dos autos, o autor em 24/12/2010 sofreu acidente com fogos de artifício, com lesão na mão esquerda, sendo socorrido por familiares ao Hospital Central de Guaianases, mas por possuir convênio médico, foi removido para o Hospital requerido, com a anuência da Operadora, todavia, no local, como consta do laudo pericial, conforme relatório médico, o médico de plantão ao tomar conhecimento da gravidade da lesão, por não dispor de outro médico ortopedista ou vascular, sem equipe médica no momento, "não aceitou o paciente", o que consignou na ficha clínica, e sem que o Convênio o encaminhasse para hospital de melhor suporte, somente no plantão do dia posterior foi submetido à cirurgia, resultando na "amputação do 1º, 4º e 5º dedos" (fls.280).

Ainda que o Perito não tenha apurado "evidência técnicas que o retardo no tratamento definitivo, realizado no HP, contribuiu nas sequelas apresentadas pelo autor" (fls.281), concluiu que "o retardo no tratamento das lesões suportadas pelo Autor expôs o mesmo a maior sofrimento e risco de complicações", caracterizando-se o dano moral injusto. (fls. 477).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples

reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou

A fixação do dano moral deve observar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, considerando-se a gravidade, a natureza e repercussão da lesão, o sofrimento e a posição social do ofendido, bem como o dolo ou a culpa do responsável, sua situação econômica, a reparação espontânea e sua eficácia e a duração da lesão.

Nestas circunstâncias, foi adequado o valor fixado para a indenização, de responsabilidade solidárias das requeridas, a ser atualizado monetariamente, pelos índices da Tabela Prática do TJSP, da fixação (Súmula n. 362/STJ), e acrescidos dos juros de mora de 1% ao mês desde da data da citação, por tratar-se de erro médico de natureza contratual (AgRg no REsp 1132658/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/08/2012, DJe 29/08/2012; AgRg no REsp 1305743/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/10/2012, DJe 15/10/2012). (fls. 478).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que, muito embora possa o STJ atuar na revisão das verbas fixadas a título de danos morais, esta restringe-se aos casos em que arbitrados na origem em valores irrisórios ou excessivos, o que não se verifica no caso concreto.

Nesse sentido: “Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do óbice da Súmula n. 7 do STJ para possibilitar sua

Superior Tribunal de Justiça

revisão. No caso, a quantia arbitrada na origem é razoável, não ensejando a intervenção desta Corte” (AgInt no AREsp 1.214.839/SC, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 8/3/2019).

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.269.094/PR, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt no AREsp 1.386.578/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 13/3/2019; e AgInt no REsp 1.761.700/RO, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 26/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente